



**Bloco de Esquerda**  
Grupo Parlamentar

<b>DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES</b>	
Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação	
<b>CEIOPH</b>	
N.º Único	<u>662743</u>
Entrada/Saída n.º	<u>465</u>
Data	<u>17 / 09 / 2020</u>

Exmo. Senhor Presidente da Comissão  
Parlamentar de Economia, Inovação, Obras  
Públicas e Habitação

Deputado António Topa

S. Bento, 16 de setembro de 2020

**Assunto:** Análise discriminada dos pedidos de apoio ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)

A pandemia da COVID-19 agravou as carências habitacionais do nosso país. Aos casos que já se encontravam numa situação difícil – e que viram a sua situação piorar – juntaram-se várias pessoas e famílias que, por via da perda de rendimento, viram-se confrontadas com a dificuldade de pagar uma renda que não acompanhou a perda salarial.

A resposta legislativa a esta situação assentou em dívida. As pessoas e as famílias podiam escolher endividar-se perante o senhorio, ou perante o IHRU. Não sendo possível mensurar o número de pessoas que optaram por aquela opção, sabemos, contudo, que o apoio do IHRU contou com 2.177 pedidos, sendo que apenas 606 foram aprovados.

Ora, considera o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda que é essencial fazer um diagnóstico dos pedidos feitos ao IHRU. Concretamente, será relevante saber exatamente quais os concelhos das pessoas que contactaram o IHRU, quais os valores das rendas a que estavam obrigadas, quais os motivos da rejeição dos pedidos, qual a duração dos contratos. Para além disso é essencial compreender o vínculo laboral existente e as perdas de rendimentos correspondentes a cada pedido, assim como a taxa de esforço inerente para compreender qual o perfil dos inquilinos que solicitam estes pedidos de apoio. Esta informação, que terá de garantir o anonimato das pessoas, é essencial para que possamos

retirar conclusões sobre esta medida e alterá-la no sentido de garantir que é um apoio efetivo, algo que claramente tem estado muito aquém do que seria desejável.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer os dados anonimizados dos pedidos de apoio solicitados ao Instituto de Habitação e Reabilitação com dados sobre os concelhos de proveniência, as rendas e taxa de esforço em questão, a tipologia dos vínculos laborais e dos contratos de arrendamento com o tempo de duração, a perda de rendimento correspondente, os documentos em falta, os pedidos aprovados com recurso ao compromisso de declaração de honra, assim como o estado de análise e as razões do indeferimento.*

As Deputadas do Bloco de Esquerda,

Maria Manuel Rola

Isabel Pires